

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

Reunião ordinária de 19 de maio de 2021

Webconferência

Ata 10 /2021

Na data acima citada, o Conselho Superior do IFSul reuniu-se extraordinariamente, sob a condução do presidente, Flávio Luis Barbosa Nunes. Participaram da webconferência os conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas: Alexandre Pitol Boeira, Aline Severo da Silva, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Amanda Oliveira Geiger, Ana Paula Nogueira e Silva, Antônio Carlos Porto Silveira Junior, Berenice Mattos da Silva, Carla Simone Guedes Pires, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Carolina Vergara, Celso Silva Gonçalves, Charles Sidarta Machado Domingos, Christy Hauschild Schott, Cláudia Anahi Aguilera Larrosa, Claudia dos Santos Cláudio, Cláudia Redecker Schwabe, Cristian Oliveira Conceição, Daiana Schons, Daniel Gonçalves Emmanuelli, Daniela da Rosa Curcio, Davi Dummer Cardoso Vergara, Denise Perez Lacerda, Eloisa Maria Wiebusch, Elton Luiz Pedroso, Emily da Costa Pinto, Eugênia Squeff de Oliveira, Evandro Fernandes, Everton da Silva Felix, Fernando Rodrigues Montes D'Oca, Francisco Carlos Gonçalves Brongar, Franchesca Premierli Dias, Gabriel Rockenbach de Almeida, Gabriele Lais Mandler, Giulia D'Avila Vieira, Glederson Lessa dos Santos, Janaina Corneli, João Abadi Soares Prietsch, João Gilberto Obelar Soares, John Anderson Lopes da Costa, Laerte Radtke Karnopp, Mack Léo Pedroso, Magda Santos dos Santos, Marco Antônio da Silva Vaz, Mauro Bacci Giusti, Michel Formentin de Oliveira, Natali Farias Cardoso, Nídia Heringer, Nilo Moraes de Campos, Otávio Nunes Dias, Pablo Machado Mendes, Paulo Wladimir Leite, Raquel Janelli, Renata Barbosa Porcellis da Silva, Roberta Gonçalves Crizel, Rocelito Lopes de Andrade, Rodrigo Dias, Rosani Zachow, Rodrigo Nascimento da Silva, Rosane Bom, Tales Emilio Costa Amorim, Tiaraju Molina Andreazza, Valdir Boanova Junior, Valter Lenine Fernandes, Verônica Pasqualin Machado e Vinicius Martins. Justificaram a não participação Jeferson Fernando Wolff e Juliana Pereira. Participaram as intérpretes de Libras, Alexandra Figueiro Carvalho da Silva, Daiane San Martin Goulart, Francine Garcia da Silva e José Francisco Duran. Dando início à reunião, foram **empossados conselheiros e conselheiras** do câmpus Pelotas: Otávio Nunes Dias, Débora Silene Costa Vieira, Antônio Carlos Porto Silveira Júnior, Daniela da Rosa Curcio, Renata Barbosa Porcellis da Silva, Mauro Bacci Giusti, e do MEC, Nídia Heringer. O presidente explicou que na véspera, reitoras e reitores dos IFs, universidades federais e UERGS emitiram nota chamando atenção da sociedade gaúcha para os cuidados que devemos manter em relação à pandemia. Entendem não haver condições para retorno. A nota também defende a vacinação para todas e todos, de forma mais rápida. Falou sobre Projeto de Lei que atinge as Lei de criação dos institutos, tentando mais uma vez criar a lista tríplice para a escolha de reitores dos institutos federais e suprir a eleição dos diretores dos câmpus. O Conif tem trabalhado para barrar o andamento desse projeto. A seguir, foram colocadas em apreciação **as atas 05, 06, 07 e 09/2021**, aprovadas, como segue:

1.Aprovar as atas: 45

2.Não aprovar as atas: 0

3.Abstenções:1

Entrou em pauta o **Assédio e Violência no IFSul**. A conselheira Aline Silva provocou o Conselho a se manifestar sobre o ocorrido. Conselheira Denise Lacerda defende a criação de uma cartilha específica sobre os vários tipos de machismo e de uma política muito séria. Conselheira Daniela Curcio perguntou sobre a carta do servidor de qual há conhecimento informal circulando no WhatsApp, como se dirigida ao Conselho e às professoras do IFSul, mas que ninguém recebeu.

Manifestou apoio à construção da política contra as violências, mas defendeu que todas as questões sejam tratadas de forma mais pontual e foi incisiva quanto à necessidade de coisas mais específicas para cada uma das violências, machismo e assédio, por exemplo, e clareza sobre os caminhos de como fazer e para onde encaminhar as denúncias. Também cobrou do Consup o compromisso do acompanhamento das providências tomadas. Foram abertos três processos, de dois têm o encaminhamento e posterior retorno da Comissão de Ética, o que é muito vago; não teve acesso ao processo aberto pela reitoria. Precisa saber as providências da Comissão de Ética e as possibilidades de encaminhamento para fora da instituição. Necessidade de clareza e transparência para acompanhar e parceira do Conselho para não deixar que seja mais um fato que não se veja a solução. Destacou a importância de um trabalho de conscientização para amenizar esses pensamentos misóginos e machistas. O presidente reafirmou a completa insatisfação com o ocorrido, disse que o forte movimento contrário gerado demonstra que grande arte da instituição e da sociedade são contrárias ao pensamento demonstrado pelo servidor. Mencionou ações já tomadas em relação a ele, como o desligamento da comissão de ética em pesquisa, nota assinada por todos os diretores e diretoras, processo encaminhado à comissão de ética, reunião com o Grupo de Trabalho dos NUGEDs solicitando sugestões de como enfrentar fatos como esse; uma das sugestões foi acelerar a política de enfrentamento a todas as formas de assédio e também promover palestras; pediu ao Conselho sugestões e formas para enfrentar o problema. Explicou que o processo aberto pela reitoria é restrito por ser enviado à comissão de ética, mas vai verificar a possibilidade de tornar público; a comissão de ética está fazendo a avaliação dentro da legislação pertinente; em outro momento pode trazer a comissão de ética para mostrar como é desenvolvido o seu trabalho. Com relação à carta, nunca chegou à reitoria. Salientou que precisamos avançar institucionalmente sobre o acatamento das denúncias que hoje, nos câmpus, estão direcionadas às equipes de apoio pedagógico ou direção. A construção da política vai contribuir, porque abarcará o macro, pois não só essas as formas de violência que acontecem na instituição. A diretora da DEPEI, Rosane Bom, falou sobre a reunião do grupo para ações educativas com todos os representantes presentes, a parceria com a CCS, a campanha iniciada segunda-feira nas redes sociais com cards informativos trazendo situações pontuais. A política vai ser abrangente, mas no primeiro momento mais debruçada sobre o problema. Dia 28 teve entrevista no IFSul em minutos, que se repetirá quinzenalmente, abrangendo um tópico específico, carrossel de eslaides trabalhando a questão dos temas e uma cartilha de orientações para reconhecer as situações de assédio. Posteriormente haverá manual com protocolos. A servidora Eugênia Squeff relatou que nas últimas reuniões do NUGED veio proposta do câmpus Santana do Livramento para construção de projeto de extensão multicâmpus trabalhando várias temáticas relacionadas à gênero, diversidade. O projeto vai ser desenvolvido de julho a dezembro, com lives mensais. Considerando a situação, acertaram que as lives começariam em maio (violência e machismo) e junho (construção das masculinidades). Depois serão abordadas as vertentes feministas, violência de gênero, a questão LGBTQIa+, violências sofridas por esses grupos, gênero, sexualidade e saúde mental (setembro), mulheres inspiradoras e na ciência, empoderamento feminismo, protagonismo negro (outubro), representatividade transgênero (novembro) e um fechamento, ainda não definido em dezembro. Serão construídas cartilhas, feitas outras ações e construída a política, com consultas aos câmpus. A diretora Rosane Bom disse estar sendo promovido concurso no curso de Comunicação Visual para a criação de logomarca. A conselheira Daniela Curcio retornou à questão da carta, que circulou no WhatsApp, era documento criado no SUAP pelo servidor Olavo e não aparece nenhum encaminhamento, mas na ata da reunião de 27 de abril consta o compromisso que na reunião de hoje teríamos a divulgação dessa carta, o que não aconteceu. Insistiu para que se torne oficial e pública possibilitando manifestações de descontentamento sobre seu conteúdo. O pró-reitor Vinícius Martins explicou que, em reunião com o servidor, ele foi retirado da secretaria do comitê de ética e pesquisa, registrado em ata da Propesp. Disse que o servidor se mostrou arrependido e escreveu carta pública de retratação no SUAP. A seguir, leu a carta. O presidente reforçou que o autor deveria ter encaminhado a carta ao Conselho

Superior e que, inclusive, está tomando conhecimento dela neste momento. O conselheiro Nilo Campos disse respeitar o trabalho que está sendo feito na área, os encaminhamentos estão sendo bem feitos, mas reforçou a necessidade de discutir no sentido do que fazer, já que são fatos que se repetem. Disse, que quando as pessoas não percebem nem recebem um elemento chamado punição, a repetição dos atos acontece. Lembrou os arts. 116 e 117, da Lei 8.112, sobre deveres do funcionário, cujo descumprimento resulta em punições previstas na mesma lei. Conselheira Gabriele Mandler pediu o encaminhamento da carta até o final da manhã a todos. Reforçou que o Conselho deve se manifestar com documento escrito. Conselheiro Valdir Boanova disse que quase tudo o que foi falado atende a sua proposta de pauta: **Disque denúncia para casos de assédio** e defendeu a criação urgente de um canal para denúncias no site ou redes sociais do instituto, e que a averiguação seja de forma impessoal, talvez criando algoritmo que encaminhe para câmpus aleatório, o que evitaria a pessoalidade e constrangimentos; necessidade muito urgente de dar mais respaldo para as vítimas. Conselheira Denise Lacerda perguntou qual a relevância da carta do servidor dentro do processo; que na carta o servidor menospreza a inteligência de todas as mulheres, que na carta ele se dirige só às professoras; ele fala que não quis dizer aquilo, mas ele quis, pois durante a apuração do primeiro turno para a direção do CaVG, no YouTube ele larga “e aí Betemps, tu não és político mesmo, perdeste para mulheres”, ele não quis dizer que mulher tem jornada dupla, foi totalmente machista; ele é reincidente; na carta ele usa o câncer da esposa e a família desestruturada para comover a gente; que saber que encaminhamento efetivo a carta vai ter, ele está tentando diminuir, apaziguar, não vai adiantar, a carta não serve de nada, é totalmente falsa. Publicou todas as bobagens e depois diz que vai sair das redes sociais, por que não publicou a carta antes de sair? A carta deveria ser desconsiderada, ela não vai apagar o posicionamento machista do colega. A conselheira Aline Silva também questionou o valor que a carta terá dentro do processo e discordou do Vinícius, a carta não é pública no SUAP e mesmo que fosse, a ofensa foi feita em rede social, portanto o meio que usou não se iguala ao usado para fazer a ofensa; o pedido de desculpa, no mínimo, tem que ser feito na mesma rede social em que as mulheres foram ofendidas. A fala do Vinicius deixou evidente como a gente não está preparada para lidar nessas situações. Conselheira Renata Silva ratificou a importância da urgência de um protocolo para atendimento às vítimas; pensar especialmente nas alunas em relação aos professores, no período em que ficam aguardando uma resposta que não se sabe quem vai dar, essa aluna continua tendo aula com esse professor que a assediou, convivendo com ele, e precisamos saber o que fazer em relação a isso, porque essa aluna vai ser assediada novamente e de formas diferentes; se ela protocolou o processo contra o professor, ele vai fazer outro tipo de assédio e ela vai estar sem nenhum respaldo. Se não se sabe o caminho para mandar uma carta de resposta, que dirá saber como estar do lado dessa vítima. O presidente solicitou que o pró-reitor Vinicius Martins encaminhe a carta para o Conselho, mesmo considerando errado, pois quem deveria fazê-lo é o servidor Olavo. Concordou que a carta é apenas um documento para ser lido e que não vai modificar em nada a situação; reiterou que o processo está junto ao Comitê de Ética, que vai fazer a leitura e o enquadramento, pois não se pode aplicar penalidades a um servidor sem esse procedimento da Comissão ou PAD. Concordou que não estamos preparados para lidar com essas questões e o fato vai impulsionar a construção de formas de melhor receber e atender as vítimas. A política vai construir formas melhores de chegarmos nas denúncias e devidas apurações, organizar a forma de encaminhamento. Em relação à questão de Passo Fundo, o reitor explicou que disponibilizou o staff da reitoria para apoiar as estudantes, embora o câmpus já viesse fazendo isso. O processo foi encaminhado para o Núcleo de Correição. Informou que está sendo providenciado o envio da carta. Conselheiro Celso Gonçalves disse haver dificuldade de punição na sociedade e na instituição, o que, em vários casos potencializa nas pessoas o fazer as coisas. A morosidade dos processos e a falta de efetiva punição dá a coragem de fazer, considera muito importante o projeto de conscientização, mas tem que ter um fio condutor. A Lei 8.112 também tem que punir os servidores por questões como essa, mas precisa ter celeridade e precisamos saber todo o percurso, a que ponto pode

chegar ou consequências que pode trazer. Isso causa problemas também para a gestão, porque são cobrados para tomar uma atitude. Se não for possível a solução dentro da instituição, que seja encaminhado ao Ministério Público; não pode ficar no “eu fiz errado, peço uma desculpinha” e está ok. Reforça que precisamos evoluir nesse processo. O presidente lembrou da proposta de o Consup emitir nota em relação ao fato, pedindo que a conselheira Aline o redija para apresentar ao Conselho. Esta respondeu que já tem o texto, construído coletivamente, que vai encaminhar para o grupo dos conselheiros. Entrou em pauta a **Construção da Política de Prevenção e Combate a Todas as Formas de Assédio e Violência no IFSul**. A diretora Rosane Bom e a servidora Carolina Vergara apresentaram em lâminas a proposta. Explicou a mudança do nome para **Política de Prevenção, Enfrentamento e Erradicação de Assédios e Violências do IFSul**, que traz a ideia do comprometimento e mobilização institucional, tendo como foco a minimização das consequências decorrentes da cultura competitiva, machista, misógina e racista que vivemos. Destacou os objetivos da política; disse que o trabalho está sendo feito a partir de três comissões: comissão de redação da política, comissão para pesquisa e comissão para ações educativas. Dia 21 haverá reunião da comissão da construção da política, para a qual foram convidadas todas as representatividades para a apresentação da política. A criação da política prevê a participação da comunidade acadêmica; há um grupo de trabalho para a redação da política com a participação de todas as representatividades, que deverá ter representantes de todos os segmentos do Conselho a serem definidos hoje. Ofereceram-se para participar as conselheiras Giulia Vieira(Codir), Daniela Curcio (docentes), Debora Vieira(discente) e Aline Silva(TAE). Sobre a pesquisa, que deverá subsidiar de forma concreta as políticas, a servidora explicou que será em longo prazo, porque terá metodologia científica, terá cálculo de amostragem. Diretora Rosane Bom disse que já estão sendo realizadas pesquisas para a criação do canal de acolhimento na página e para uma comissão de acolhida. Sugerida criação de nova comissão para criação do manual, que deve ter protocolos, legislação específica. Considera importante estabelecer parcerias institucionais e fortalecimento do núcleo de correição e da comissão de ética. Apresentou o cronograma do trabalho que está sendo desenvolvido. O presidente pediu que os conselheiros participem e divulguem as lives. Entrou em apreciação o **Relatório de Gestão 2020**. A diretora Ana Paula Silva fez uma explanação sobre o documento. Salientou que todos os documentos foram encaminhados na pauta. Explicou que o objetivo é demonstrar de forma clara como foram utilizados os recursos públicos recebidos pela instituição, as ações desenvolvidas e seus impactos na comunidade. Explicou que o prazo inicial era 31 de março e foi prorrogado até 30 de junho. O relatório de 2020 foi feito com base na IN TCU 84/2020 que tem como um dos focos principais o cidadão, a sociedade, que deve conhecer como foram aplicados os recursos. A principal mudança foi a forma da prestação de contas ao TCU, pois as peças quem o compõem acontecem em seção específica do site da instituição. Colocado em votação, o Relatório de Gestão 2020 foi aprovado, como segue:

1.Aprovar o Relatório de Gestão – 37

2.Não aprovar o Relatório de Gestão – 0

3.Abstenções 1

A pauta seguinte foi a **Alteração do Regimento Geral**, necessária para incluir o **Regulamento do COTEPIP**, com necessidade de aprovação por quórum qualificado. Pró-reitor Vinícius Martins explicou o Regulamento, salientando que passou pelos segmentos dos câmpus. Colocada em votação, a alteração do Regimento **não recebeu a votação necessária**, como segue, ficando as duas pautas para serem propostas posteriormente.

1.Aprovar a alteração do Regimento Geral – 37

2.Não aprovar a alteração do Regimento Geral – 0

3.Abstenções -5

Após pausa para almoço, a conselheira Aline Silva leu o documento a ser divulgado pelo Conselho, referente à pauta de Assédio e Violência no IFSul, que recebeu o título de **“Carta de apoio às Mulheres”**. Colocado em votação o texto foi aprovado, como segue, e deverá ser publicado no site da instituição.

1.Aprovar a carta de apoio às mulheres – 42

2.Não aprovar a carta – 0

3.Abstenções – 0

Solicitaram declaração de voto na proposta 1, os conselheiros Christy Schott, Álvaro Nebel, Gabriel Almeida, Pablo Mendes e a conselheira Rosani Zachow, por não terem conseguido registrá-los no sistema. A diretora Ana Paula Silva apresentou os **Atos Normativos no IFSul**, justificando a necessidade de envolver o Conselho no trabalho que vem sendo desenvolvido pela DDI, não só por força da legislação, mas pela necessidade de a instituição avançar na elaboração dos atos normativos. Explicou que o Decreto 10.139, de 28/11/2019, entrou em vigor em 2020, e estabelece a necessidade de as instituições revisarem seus Atos Normativos (instruções, resoluções, portarias). A DDI está revisando os atos vigentes para promover sua adequação. O decreto também indica mudança nos novos atos, por isso solicitou a todos os setores da reitoria e câmpus que, havendo a necessidade de emitir um ato normativo, consultasse antes a DDI, para suporte e adequação aos novos modelos. Explicou a criação de norma e manual de orientações para a emissão de atos normativos. Explicou que atos normativos são aqueles cujos conteúdos atingem todas as pessoas, portando excluindo todo o que for nominal. Explicou a estrutura dos atos normativos e a questão da data para entrar em vigor, que deve ser o primeiro dia útil do mês seguinte, obedecida uma semana de intervalo, excetuando-se o que tiver caráter de urgência justificada. Informou a criação do Boletim Interno, atualizado mensalmente, com todos os documentos do mês. Salientou a importância de atender a propositura e tramitação dos atos normativos. Informou que vai disponibilizar a apresentação para todos, que as orientações podem ser encontradas no menu institucional e no espaço do servidor e convidou todos para participarem da reunião dia 29 de maio, às 9 horas. A seguir, o auditor Laerte Karnopp apresentou o **RAINT**. Informou o link onde está publicado, disse que não há necessidade de aprovação pelo Conselho, mas que considera importante que tomem conhecimento das atividades da Auditoria. Salientou a importância do esforço para atendimento às recomendações da CGU. A conselheira Daniela Curcio falou sobre a **Revisão do Regulamento de Afastamento para Capacitação**. Sugeriu revisão do anexo 1, que trata dos critérios de para afastamento dos docentes, apontando duas questões: a das universidades internacionais, não pontuadas por não terem avaliação da Capes e a experiência, considerar a atuação docente em cursos de graduação após o certame. Disse que no anexo 1 tem as experiências profissionais nas áreas dos IFs, enquanto professor EBTT e a sugestão seria inclusão de outras experiências. Pró-reitor Vinicius Martins explicou que houve alteração nos anexos em função das modificações legais e que o regulamento deve ser rediscutido e colocado na plataforma do SUAP. Explicou que hoje a PROGEP faz o encaminhamento do processo de inscrição e homologação e a PROPESP faz a avaliação de todos os currículos manualmente. Em relação às universidades internacionais, foi decidido que a Capes seria o balizador e quando o servidor faz curso fora precisa revalidar no Brasil para obter o título de mestre ou doutor. Propôs a criação de GT com representantes de todos os câmpus para discutir e ajustar os anexos 1 e 2. Conselheiro Alexandre Pitol sugeriu que seja considerada a nota da Capes da instituição que vai reconhecer ou já reconheceu em algum momento aquela capacitação no Brasil; sugeriu também discutir o item que pontua portarias e que causa distorções. Presidente lembrou que edital de TAEs é mais recente e construído a partir de amplo debate com a comunidade, o que não exclui revisões periódicas, mas gostaria focar primeiro no edital de afastamento dos docentes. Ficou encaminhado que PROPESP e PROGEP serão responsáveis pela criação de GT pela revisão, passar pela comunidade e posterior encaminhamento ao Conselho para a deliberação final. Conselheira Daniela Curcio lembrou a importância do compromisso de os GTs sempre levarem seu trabalho à consulta ampliada. O conselheiro Alexandre Pitol abordou o **Direito a tomar posse**. Disse que o documento que disponibilizo já explicava toda a situação, inusitada e omissa. Explicou que na eleição para conselheiros foi o único docente inscrito e teve a nomeação negada por já estar na condição de conselheiro, representante do CODIR. Presidente entende que a nomeação da vaga docente do câmpus Passo Fundo ocorra após a nomeação efetiva do novo

diretor. Conselheiro Alexandre Pitol entende que teria prioridade como representante docente e a proposta seria ser nomeado na próxima reunião e seu substituto representaria o Codir. O conselheiro Pablo Mendes concorda com a nomeação após a posse do novo diretor, para não correr em nenhuma ilegalidade. O presidente disse que, sendo um ato não previsto no regulamento, irá colocar em votação, tendo sido **aprovada a nomeação após a posse do novo diretor**, como segue:

1. Aprovar a designação na próxima reunião – 12
2. **Aprovar a designação após posse do novo diretor – 30**
3. Não aprovar a designação neste momento – 0
4. Abstenções – 7

A diretora Carla Pires apresentou o **Regimento do de Governança Digital**. Explicou que havia o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), instituído em 2017. Decreto 10.332, de 2020, determinou a criação do comitê de governança digital, com algumas atribuições, como aprovar o plano de transformação digital, com prazo definido. Por isso houve a transformação do Comitê Gestor, por portaria, em Comitê de Governança. Então, ele já está instituído, mas ainda não tínhamos o regimento; foi revisado o regimento do CGTI para adequá-lo ao decreto e à Portaria que regulamenta a governança da TI. Não havendo considerações, foi levado à votação e aprovado, como segue:

1. **Aprovar Regimento – 42**
2. Não aprovar Regimento – 0
3. Abstenções -1

A diretora explicou que a nova composição pede o nome de três diretores, que deverão ser informados na próxima reunião do Codir.

Continuando, foi colocada novamente em votação a **alteração do Regimento Geral**, que não obteve a votação necessária para aprovação (47 votos), como segue:

1. Aprovar alteração do regimento – 45
2. Não aprovar a alteração do regimento – 0
3. Abstenções – 2

Assim, as duas pautas, **Alteração do Regimento e Regulamento do COTEPIP** voltarão em próxima reunião. A seguir, o pró-reitor Vinicius Martins abordou a **alteração na matriz do Curso de Linguagens Verbo-visuais e Tecnologias na Educação Câmpus Pelotas**. Explicou que o PPC do curso foi aprovado ainda quando a instituição era CEFET e está sendo reestruturado e atualizado pelo colegiado, por isso trouxe apenas a alteração da matriz. Colocada em votação a nova matriz **foi aprovada**, como segue:

1. **Aprovar nova matriz – 42**
2. Não aprovar nova matriz - 0
3. Abstenções -1

A seguir, o pró-reitor Vinicius Martins abordou a proposta de **alteração do PPC de Especialização em Linguagens e Tecnologias na Educação, do câmpus Passo Fundo**. Explicou que as alterações foram feitas para atender as demandas do câmpus. Colocada em votação, a proposta foi aprovada, como segue:

1. **Aprovar alteração do PPC – 41**
2. Não aprovar alteração do PPC – 0
3. Abstenções -1

A conselheira Janaina Corneli declarou seu voto pela aprovação da alteração, em virtude não ter conseguido registrar no sistema.

A **Política de Inovação** foi tratada pelo pró-reitor Vinicius Martins. Explicou que primeiro foi buscada a criação de política de inovação única na rede federal, o que não se revelou possível, tendo então sido criadas diretrizes. Para construir a política no IFSul foi construído GT, porque a partir da emenda constitucional 85/2015 se alterou a constituição, colocando nela as atividades de ciência, tecnologia e inovação e criando o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. Explicou sobre o respectivo Marco Legal. O conselheiro Antônio Silveira Junior considera

importante aprofundar o debate, o que já deveria ter acontecido e que discutir apenas com representantes de pesquisa dos câmpus é insuficiente. Pró-reitor explicou que este documento, bastante generalista, vem sendo discutido há mais de ano e que a partir dele deverão ser criados outros de políticas, regulamentações específicas e instruções normativas. Conselheiro Carlos Correa disse entender a importância do documento, mas se preocupa com a aprovação sem discussões mais detalhadas, tem dúvida em relação ao art. 18, que trata de licença não remunerada ao servidor para constituição de empresa. Preocupado com ações do MP, perguntou se é permitido num regime de DE e também com contratação de temporário para substituir; perguntou como fica a situação de limite de substitutos, se pode extrapolar. Pró-reitor explicou que a política não contraria a lei. Se estivermos no limite de licenças. O reitor vai negar a liberação do servidor. Reitor lembrou que licença de interesse pessoal por até 3 anos já existe, é dada pelo reitor, que sempre consulta os câmpus para liberar. Considerando as falas dos conselheiros, o presidente pediu-lhes que discutam com seus pares, voltando na próxima reunião ordinária, para apreciação. Pediu que o pró-reitor realize uma live para toda a instituição esclarecendo sobre a política. Finalizando, entrou em pauta a proposta de **Reformulação de Regulamento da RAD**. Conselheira Verônica Pasqualin falou sobre duas questões: o atendimento a estudantes com deficiência e atividades de capacitação. Sobre a primeira, lembrou que no PDI consta o compromisso com a educação inclusiva, mas a RAD não apresenta nas atividades o atendimento a estudantes com deficiência, que entende ser um atendimento diferenciado, por vezes individualizado, salientando que o número desses estudantes na instituição vem aumentando. Sobre a segunda questão, cita o art. 13 da RAD – atividades de capacitação, considerando cursos de graduação *stricto sensu* podem ser considerados, mas docentes realizam outros cursos, especializações, capacitações, inclusive para preparação das APNPs e não conseguem incluir como atividade de capacitação por não estar previsto na RAD. O presidente propôs que as duas sugestões sejam levadas para a comissão de reformulação do regulamento da RAD; explicou que a comissão teve seu trabalho de certa forma suspenso em função da possibilidade da reforma da portaria 17, que define algumas questões da atividade docente, como cargas horárias mínima e máxima. Dezembro 2020 portaria 983 substituiu a 17 trazendo algumas questões novas, com as quais o CONIF não compactua, como carga horária mínima mais elevada. O MEC tem sido alertado que essa portaria inviabiliza uma série de ações de extensão e pesquisa. Dia 28 terá reunião para tratar da revisão do regulamento da RAD. Ratificou que as propostas devem ser encaminhadas para a comissão avaliar, com as demais propostas já feitas. A conselheira Verônica Pasqualin vai encaminhar um texto mais completo para que o Conselho encaminhe à comissão. Reitor pediu que representante de Sapucaia tenha conhecimento desses pedidos para contribuir na discussão. Conselheira Daniela Curcio solicitou que na próxima reunião a comissão apresente um relato de seus trabalhos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que após lida e apreciada, será aprovada pelos participantes.